

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	52
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	55
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	56
10.5 - Políticas contábeis críticas	70
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	79
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	80
10.8 - Plano de Negócios	81
10.9 - Outros fatores com influência relevante	82

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### RISCO E GESTÃO DE RISCO

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

- Risco de liquidez
- Risco de taxas de juros
- Risco cambial
- Risco de Crédito

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

#### RISCO DE LIQUIDEZ:

(i) falta de liquidez no mercado financeiro para concessão de novos empréstimos e financiamentos ou perda de credibilidade da Companhia perante os investidores ou mercado bancário, colocando em risco a capacidade de a Companhia fazer novos investimentos e financiar o seu capital de giro por falta de recursos; e  
(ii) concentrações de vencimentos de empréstimos em determinados períodos ou vencimentos em períodos de pouca liquidez de oferta de financiamentos no mercado financeiro (por exemplo: anos de eleição presidencial com instabilidade política), ocasionando restrição à capacidade de refinanciamento, prejudicando a liquidez da Companhia;

#### RISCO DE TAXA DE JUROS

Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionando perdas financeiras para a Companhia

#### RISCO DE CAMBIAL

Descasamento de moeda entre ativo e passivo (exemplo: Dólar, Euro, nos passivos e Reais nos ativos), ocasionando perdas financeiras para a Companhia, devido à volatilidade das moedas.

#### RISCO DE CRÉDITO

Perda financeira em razão de inadimplência da contraparte

#### RISCO DE FINANCIAMENTO/REFINANCIAMENTO

Dependendo da situação política ou econômica do país, o mercado financeiro pode restringir a disponibilidade de crédito disponível para financiar as empresas e, desta forma, a Companhia pode ter dificuldades de acessar linhas de financiamento para seus investimentos e/ou seu capital de giro.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****A. RISCOS PARA OS QUAIS SE BUSCA PROTEÇÃO**

- Risco de taxas de juros: descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionando perdas financeiras para a Companhia;
- Risco cambial: descasamento de moeda entre ativo e passivo (exemplo: Dólar, Euro, nos passivos e Reais nos ativos) ocasionando perdas financeiras para a Companhia, devido à volatilidade das moedas.

**B. ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE)**

- Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.
- Abaixo, detalhamento da aplicabilidade dos derivativos:
- Risco de taxas de juros: o risco de taxa de juros pode ser coberto através da utilização de swaps, onde a Companhia pode trocar posições pós-fixadas para pré-fixadas ou vice-versa, além da troca de indexadores.
- Risco Cambial: o risco de variação das moedas pode ser coberto por non-deliverable forwards ou swaps.
- Risco de "commodity": o risco de variação de commodity (por exemplo, cesta de óleos combustíveis, aço, etc) é inerente ao negócio e deve apenas ser monitorado.

**C. INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE)**

Swaps de taxas de juros Ex: PróxDI; TJLPxDI; IGPMxDI; DIxPré, etc.

Swaps de moedas Ex: Euro x Dólar; Iene x Dólar; Dólar x Reais, etc.

Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement)

Ex: Dólar x Reais / Libor floating x taxa fixa

**D. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA O GERENCIAMENTO DESSES RISCOS**

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é identificar possíveis riscos para a Companhia e estabelecer regras de mensuração e mitigação dos mesmos. O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO), , através de uma Política de Tesouraria previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação.

Os riscos mais importantes relacionados ao gerenciamento de Tesouraria são:

- Risco de liquidez
- Risco de taxas de juros
- Risco cambial
- Risco de crédito

O gerenciamento dos riscos acima identificados é preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a política vigente de uso de derivativos.

A Companhia sempre avaliará as alternativas de captação existentes com vistas a aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições, além de garantir um "mix" adequado de fontes de financiamento para evitar a dependência de uma única fonte. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro.

A companhia possui ainda uma estrutura adequada para acompanhamento e cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados "financial covenants".

Com relação a taxa de juros, a Companhia busca sempre operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros. Os instrumentos preferenciais para proteger o risco de exposição cambial de moedas estrangeiras, quando existir, são os swaps, forwards e opções,

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

conforme a alternativa mais adequada.

Quanto aos riscos de crédito, a Comgás avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de cash management, floating, câmbio, investimentos financeiros, arrecadação bancária e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição

**E. OPERAÇÃO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS COM OBJETIVOS DIVERSOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE) E QUAIS SÃO ESSES OBJETIVOS**

Não aplicável, pois a política de Tesouraria da companhia, aprovada por seu Conselho de Administração, determina que os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção para os riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda para a Companhia, não havendo portanto previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de hedge.

**F. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLE DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O gerenciamento dos riscos de negócio da Comgás facilita o desenho de processos, e promove políticas e procedimentos adequados às melhores práticas de mercado e às normas e padrões nacionais e internacionais.

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da empresa. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

**G. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS PARA VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA ADOPTADA**

A área de Controles Internos responsável pela Gestão de Riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

A companhia conta ainda com a atuação da Auditoria Interna, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração, que através da execução do seu Plano Anual de Auditoria é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS**

A Comgás é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil. Sua carteira é composta por 988.884 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e de cogeração e termogeração. Em 2010, a Companhia distribuiu a eles 4,9 bilhões de metros cúbicos – o que representa participação de 25,5% no mercado nacional –, por meio de uma rede de 6,9 mil quilômetros, que equivalem a 35,7% da malha de distribuição instalada no Brasil. Sua receita líquida foi de R\$ 4,1 bilhões e o lucro líquido ficou em R\$ 580 milhões.

A Empresa está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, e refere-se à distribuição de gás natural para a Regiões Metropolitanas de São Paulo, Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista – área que abriga 177 municípios, responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A Comgás atende a clientes localizados em 68 cidades.

<b>Em milhões de m³</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Patrimônio líquido	1.304	1.376
Ativo total	3.760	3.848
Investimentos	409	405
Receita bruta	5.161	5.101
Receita líquida	4.116	4.095
Lucro bruto	1.672	1.520
Lucro operacional (antes do resultado financeiro)	1.155	972
Lajida (Ebitda)	1.363	1.188
Lucro líquido	690	580
Dívida bruta	1.649	1.500
Dívida líquida	1.455	1.355
Liquidez corrente	0,67	0,69
Retorno sobre o patrimônio líquido (%)	52,96	42,14
Dívida líquida/Lajida (%)	1,07	1,14
Margem bruta (%)	40,62	37,11
Margem Lajida (%)	33,13	29,01
Margem líquida	16,76	14,16
Lucro líquido por ação (R\$)	5,76	4,84
Dividendos propostos (R\$ milhões)	28,1	83,7
Remuneração Total paga ao Acionista (R\$ milhões)	268,4	422,6
Dividendos pagos durante o exercício (R\$ milhões)	199,9	365
Juros sobre capital próprio pagos durante o exercício (R\$ milhões)	68,5	57,6

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***B. ESTRUTURA DE CAPITAL E POSSIBILIDADE DE RESGATE DE AÇÕES OU QUOTAS, INDICANDO (I) HIPÓTESES DE RESGATE; (II) FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DO RESGATE.***

A Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, salvo exceção quando as ações PNRB são emitidas com a possibilidade de serem resgatadas, conforme apresentado no anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09.

### ***C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS.***

De acordo com o atual perfil do endividamento da Companhia, seu fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez, a Comgás acredita ter liquidez e recursos de capitais suficientemente satisfatórios para cobrir os investimentos na expansão da rede de gás natural, despesas, serviços da dívida e demais obrigações nos próximos períodos.

Ainda assim, mesmo com a contratação de novos financiamentos para a ampliação da rede, a Comgás acredita ter financeira capacidade para honrá-los.

### ***D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS.***

A Comgás baseia sua estratégia de financiamento de seus investimentos com linhas de longo prazo, captando operações de financiamento a custos competitivos, principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mais recentemente através do Banco Europeu de Investimento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão da empresa em todos os seus mercados de atuação.

Em 2009, a Companhia concluiu o financiamento de parte da sua expansão, para o período de 2009 a 2011, concedido pelo BNDES, no valor de R\$ 665 milhões. Até o final do ano de 2010, os desembolsos da referida linha somaram R\$ 348 milhões, sempre baseados na variação da TJLP.

Alem desta linha, BNDES V, a Companhia ainda tem os “projetos” II, III e IV com diversas datas de vencimento.

Atualmente o saldo em aberto com o BNDES é de: R\$ 1.100 milhões (parcelas de circulante e de longo prazo).

A Comgás possui, ainda, a 2ª emissão de debênture em série única e indivisível no valor de R\$ 100 milhões com remuneração de CDI + 1,5% a.a.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente.

Para complementar a necessidade de financiamento da expansão da companhia, em 2010 foram celebrados dois contratos de € 100 milhões cada, totalizando € 200, dos quais 50% já foram desembolsados (equivalentes à R\$ 225 milhões), com vencimento em 10 anos e 4 anos de prazo de carência da amortização de pagamento de parcelas de principal.

### ***E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ .***



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O financiamento do capital “para cobertura de deficiências de liquidez” é feito através de linhas de financiamento de bancos locais com prazo máximo de 1 ano.

Durante o ano de 2010, a Companhia foi capaz de reduzir o montante de sua dívida de curto prazo, bem como do custo total deste tipo de empréstimo, ficando em patamares inferiores à 100% do CDI.

Os saldos das operações de curto prazo “para cobertura de deficiências de liquidez” encerraram o ano em R\$ 48 milhões.

### F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS

O endividamento total da Companhia fechou o ano de 2010 em R\$ 1.453 milhões, dos quais, R\$ 104,8 milhões referem-se à Debênture emitida por esta companhia. Com relação ao custo médio ponderado da dívida, este permanece situado próximo a 100% do CDI.

A Companhia acredita que seu nível de endividamento está adequado face:

- (a) às necessidades financeiras requeridas em seu plano de negócios,
- (b) à sua estratégia de estrutura de capital e
- (c) às avaliações da agência de avaliação de risco (Moody's).

R\$ MM	Até Dez./11	Até Dez./12	Até Dez./13	Até Dez./14	Até Dez./15	2016 em diante	Total
BNDES	282	276	200	183	54	106	<b>1.101</b>
Capital de Giro	48	-	-	-	-	-	<b>48</b>
Debênture	5	33	33	34	0	-	<b>105</b>
EIB	7	27	17	22	30	92	<b>195</b>
Repasse Res. 63 (IFC)	5	-	-	-	-	-	<b>5</b>
<b>Dívida Total Consolidada</b>	<b>347</b>	<b>335,792</b>	<b>250,175</b>	<b>238,514</b>	<b>84,0918</b>	<b>197,533</b>	<b>1.453</b>
	<b>24%</b>	<b>23%</b>	<b>17%</b>	<b>16%</b>	<b>6%</b>	<b>14%</b>	<b>-</b>

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Conforme tabela acima.

#### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois dada a característica do tipo de negócio e tipo de expansão imprimido pelos administradores da Comgás as agências de fomento (nacional e internacionais) tem suprido adequadamente as necessidade de financiamento na expansão do negócio. A exceção a este fato foi a emissão da debênture que teve intuito de refinanciar o capital de giro no longo prazo. Para o futuro, possíveis relações dependerão da estratégia da Companhia.

#### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Atualmente o BNDES pode ser considerado o credor mais favorecido. Os demais credores /dívidas financeiras, tanto de curto como de longo prazo, estão subordinados ao BNDES.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

**BNDES:**

Dívida Onerosa Líquida/LAJIDA  $\leq$  3,5

Patrimônio Líquido/Divida Onerosa total  $\Rightarrow$  0,625

**Itaú BBA (repasse IFC):**

LAJIDA/Despesas Financeira líquida  $\Rightarrow$  2,00

Divida Financeira Total Líquida / PL  $\leq$  1,60.

**G. LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS**

Em 31/12/2010 havia um total de R\$ 1.349 milhões em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES), tanto no curto como no longo prazo. Nesta data, R\$ 553 milhões é o valor de contratos assinados que ainda não foram desembolsados pela Companhia. A estes volumes não estamos adicionando as linhas de crédito disponíveis nos bancos de relacionamento da empresa, pois estes dados encontram-se fora do controle da empresa. Instrumentos financeiros derivativos são contratados com caráter de único e exclusivo de proteção de dívida (atualmente utilizamos instrumentos derivativos para proteção das dívidas em moeda estrangeira).

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Demonstrações de resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

em milhares de reais

	<b>2.010</b>	<b>2.009</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>5.100.989</b>	<b>5.161.408</b>
Vendas de gás	4.820.189	4.911.218
Receita de construção	257.647	224.693
Outras receitas	23.153	25.497
<b>Impostos e contribuições sobre vendas</b>	<b>(1.005.646)</b>	<b>(1.045.129)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>4.095.343</b>	<b>4.116.279</b>
Vendas de gás	3.816.780	3.868.538
Receita de Construção - ICPC 01	257.647	224.693
Outras receitas	20.916	23.048
<b>Custo do gás</b>	<b>(2.575.560)</b>	<b>(2.444.000)</b>
Custo do gás	(1.960.475)	(1.849.442)
Transporte e outros	(357.438)	(369.865)
Construção - ICPC 01	(257.647)	(224.693)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.519.783</b>	<b>1.672.279</b>
Despesas com vendas	(92.819)	(99.399)
Despesas gerais e administrativas	(448.692)	(387.021)
Outras despesas operacionais	(6.446)	(30.491)
<b>Lucro operacional</b>	<b>971.826</b>	<b>1.155.368</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(134.590)</b>	<b>(175.731)</b>
Receitas financeiras	31.379	27.333
Despesas financeiras	(165.969)	(203.064)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>837.236</b>	<b>979.637</b>
Imposto de renda e contribuição social	(257.256)	(289.243)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>579.980</b>	<b>690.394</b>
<b>Lucro líquido por ação básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia, expressos em reais por ação</b>		
Preferenciais	5,21	6,20
Ordinárias	4,74	5,64

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ***Resultados Operacionais referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 comparados com 2009***

Comparando-se o resultado apurado no ano de 2010 ao resultado do mesmo período do exercício anterior destacam-se os seguintes fatos:

A Receita Bruta de Vendas e Serviços atingiu o montante de R\$ 5.100.989 mil (R\$ 4.820.189 mil para vendas de gás, R\$ 257.647 mil para receita de construção e R\$ 23.153 mil, de outras receitas), tendo apresentado um decréscimo de 1,17% em relação ao mesmo período de 2009.

As receitas de vendas de gás apresentaram decréscimo de 1,85%, tendo como principal causa os reajustes ordinários de custos de gás nas tarifas de vendas. Estes repasses ocorreram conforme Deliberação ARSESP – 142 de 28 de maio de 2010.

A Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços atingiu o montante de R\$ 4.095.343 mil no período de 2010, sendo 0,51% inferior ao igual período de 2009.

O Custo de Bens e Serviços Vendidos, no montante de R\$ 2.575.560 mil, apresentou acréscimo de 5,38% em relação ao período de 2009.

Assim sendo, no período findo em 31 de dezembro de 2010, chegamos a um Resultado Bruto de R\$ 1.519.783 mil, contra R\$ 1.672.279 mil no período de 2009, representando um decréscimo de 9,12%.

As Despesas Operacionais de R\$ 682.547 mil tiveram um decréscimo de 1,46% em relação ao mesmo período de 2009. Os principais eventos foram:

- As despesas com vendas no montante de R\$ 92.819 mil (R\$ 99.399 mil no período de 2009) decresceram 6,62% quando comparadas ao mesmo período de 2009.
- As despesas administrativas no montante de R\$ 448.692 mil (R\$ 387.021 mil no período de 2009) cresceram 15,93% quando comparadas ao período de 2009. Esse acréscimo se explica, basicamente, pelos esforços da Companhia na expansão de seus clientes, especialmente aos clientes residenciais e aos mercados de climatização e co-geração de energia.
- As despesas com depreciações e amortizações atingiram o montante de R\$ 209.702 mil (R\$ 177.602 mil no período de 2009), cresceram no montante de 18,07%, ficando em linha com as adições ocorridas em itens do ativo imobilizado e intangível da Companhia.
- As despesas financeiras líquidas atingiram o montante de R\$ 134.590 mil no período de 2010 (R\$ 175.731 mil no período de 2009), apresentando um decréscimo de 23,41% variação esta decorrentes da diminuição das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos.
- As despesas financeiras atingiram o montante de R\$ 165.969 mil (R\$ 203.064 mil no período de 2009), apresentando um decréscimo de 18,27% decorrentes das despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos em virtude da diminuição do saldo devedor;

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- As receitas financeiras atingiram o montante de R\$ 31.379 mil (R\$ 27.333 mil no período de 2008) apresentando um acréscimo de 14,80%.
- Desta forma, o Lucro Líquido apurado no exercício de 2010 foi de R\$ 579.980 mil, contra um Lucro Líquido de R\$ 690.394 no mesmo período de 2009, apresentando um decréscimo de 15,99%.

**VENDAS E MARKETING**

A Comgás atingiu o total 767.214 de consumidores em 31 de dezembro de 2010, conquistando 64.130 novos consumidores no período de um ano, representando um crescimento de 9,12%.

Dessa maneira a Companhia apresenta a seguinte distribuição por segmento:

	N.º de Consumidores em 31/12/2010	% do Total	N.º de Consumidores em 31/12/2009	% do Total	Varição
Residencial *	756.080	98,55%	692.448	98,49%	9,19%
Comercial	9.760	1,27%	9.265	1,32%	5,34%
Industrial	982	0,13%	973	0,14%	0,92%
Termogeração	2	0,00%	2	0,00%	0,00%
Cogeração	23	0,00%	23	0,00%	0,00%
Automotivo	367	0,05%	373	0,05%	-1,61%
Total de conexões	767.214	100,00%	703.084	100,00%	9,12%
Nº de UDAs *	977.750		869.138		9,19%

(\*) o número de 756.080 de medidores residências inclui prédios com medidores coletivos. Assim, um único medidor poderá atender a vários clientes. Considerando o número de UDAs (Unidade Domiciliar Autônoma), o exercício de 2010 terminou com 977.750 residências conectadas (108.612 novos clientes residenciais ao longo do ano).

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Demonstrações financeiras****Balancos Patrimoniais**

em milhares de reais

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	145.380	194.273
Contas a receber - clientes	370.018	430.344
Outras contas a receber	10.714	23.043
Estoques	160.151	111.205
Impostos indiretos a compensar	37.803	36.237
Outros	23.602	18.617
	<u>747.668</u>	<u>813.719</u>
Ativos destinados à venda	<u>16.028</u>	<u>14.479</u>
	<u>763.696</u>	<u>828.198</u>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		53.766
ICMS a recuperar	9.481	9.674
Contas a receber	21.710	3.992
Depósitos judiciais	13.510	13.598
Outros	1.366	2.185
	<u>46.067</u>	<u>83.215</u>
<b>Intangível</b>	<u>3.038.079</u>	<u>2.848.701</u>
	<u>3.084.146</u>	<u>2.931.916</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>3.847.842</u></u>	<u><u>3.760.114</u></u>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	46.380	30.325
Empréstimos e financiamentos	342.462	599.300
Debêntures não conversíveis	4.805	4.029
Fornecedores	424.105	408.344
Companhias controladoras	1.172	9.638
Salários e encargos sociais	36.466	36.265
Impostos e contribuições a recolher	61.142	67.954
Dividendos e juros sobre capital próprio	92.299	32.105
Imposto de renda e contribuição social a pagar	105.887	48.965
Outras contas a pagar	2.963	8.446
	<b>1.117.681</b>	<b>1.245.371</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.006.106	916.455
Debêntures não conversíveis	100.000	100.000
Adiantamento de clientes e outros	28.468	29.473
Obrigações com benefícios de aposentadoria	133.916	124.129
Provisão para contingências	61.444	41.034
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.827	
	<b>1.353.761</b>	<b>1.211.091</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social realizado	636.985	636.863
Reservas de capital	1.292	25.661
Reservas de reavaliação	13.169	14.344
Reservas de lucro	724.954	626.784
	<b>1.376.400</b>	<b>1.303.652</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.847.842</b>	<b>3.760.114</b>

**Notas explicativas das demonstrações financeiras***(em milhares de reais)*

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Ativo (passivo) regulatório**

	<b>31 de</b>	<b>31 de</b>
	<b>dezembro</b>	<b>dezembro</b>
	<b>de 2010</b>	<b>de 2009</b>
	<hr/>	<hr/>
Custo de gás a recuperar/(repassar)	(220.778)	27.937
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(9.402)	1.476
Ajuste a valor presente sobre tributos	521	(64)
	<hr/>	<hr/>
	(229.659)	29.349
	<hr/>	<hr/>
Ativo (passivo) saldo inicial	29.349	528.289
Ativo (passivo) saldo final	(229.659)	29.349
	<hr/>	<hr/>
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	259.008	498.940
	<hr/>	<hr/>
Ativo (passivo) regulatório	242.092	519.868
Atualização	5.173	(32.351)
Outros	11.743	11.423

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, tal como a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Instrumentos financeiros por categoria**

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Derivativos usados para <i>hedge</i></b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010					
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>					
Depósitos judiciais	13.510				13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber					
excluindo					
pagamentos antecipados	447.548				447.548
Caixa e equivalentes de caixa	145.380				145.380
	<b>606.438</b>				<b>606.438</b>

	<b>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Passivos financeiros derivativos</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2010				
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>				
Empréstimos	1.348.568			1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos		46.380		46.380
Debêntures			104.805	104.805
	<b>1.348.568</b>	<b>46.380</b>	<b>104.805</b>	<b>1.499.753</b>

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Ativos ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Derivativos usados para <i>hedge</i></b>	<b>Disponível para venda</b>	<b>Total</b>
31 de dezembro de 2009					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Depósitos judiciais	13.598				13.598
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo					
pagamentos					
antecipados	485.024				485.024
Caixa e equivalentes de caixa	194.273				194.273
	<b>692.895</b>				<b>692.895</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Passivos financeiros derivativos</b>	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<hr/>				
31 de dezembro de 2009				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.515.755			1.515.755
Instrumentos financeiros derivativos		30.325		30.325
Debêntures			104.029	104.029
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1.515.755	30.325	104.029	1.650.109
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

**Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

(a) A Comgás possui uma carteira de 988 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
<hr/>		
<b>Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)</b>		
AAA	84.261	11.617
AA	51.116	176.914
A	10.003	5.742
	<hr/>	<hr/>
	145.380	194.273
	<hr/>	<hr/>

(\*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco

**Caixa e equivalentes de caixa**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (certificados de depósitos bancários), aplicações em títulos privados e LCA (letra de crédito do agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>1º de janeiro de 2009</b>
Recursos em banco e em caixa	5.459	11.617	27.225
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	35.187	17.142	
Aplicações em títulos privados	104.734	20.098	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		145.416	12.501
	<u>145.380</u>	<u>194.273</u>	<u>39.726</u>

**Contas a receber - clientes**

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
Contas de gás a receber	195.575	192.414
Contas de gás parceladas	11.691	8.768
Devedores por venda de equipamentos	21.044	15.577
Ajuste a valor presente	(1.625)	(942)
Receita não faturada	199.153	265.215
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(55.820)	(50.688)
	<u>370.018</u>	<u>430.344</u>

As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se a parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas nos períodos de doze meses findos em 2010 e 2009 estão abaixo demonstradas:

	2010	2009
	<hr/>	<hr/>
1º de janeiro	50.688	36.760
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	5.132	17.319
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis		(3.391)
	<hr/>	<hr/>
31 de dezembro	55.820	50.688
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	<hr/>	<hr/>
Valores a vencer	81.765	55.948
Vencidos		
Até 30 dias	7.842	39.320
Acima de 30 dias	105.968	97.146
	<hr/>	<hr/>
	195.575	192.414
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Outras contas a receber**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<i>Take or pay</i> - clientes	3.777	3.919
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Cauções		6.133
Recobráveis por interferências na rede		6.267
Recobráveis Petrobras	1.541	1.541
Outras	4.226	4.013
	<hr/>	<hr/>
	10.714	23.043
	<hr/>	<hr/>

O valor de *Take or pay* - clientes referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

Os saldos das contas "Cauções" e "Recobráveis" por interferência na rede foram reclassificados para o grupo "Ativo realizável a longo prazo".

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

**Estoques**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Gás/transporte pago e não utilizado ( <i>take/ship</i> <i>or pay</i> ) - Petrobras	78.143	39.605
Gás/transporte pago e não utilizado ( <i>take/ship</i> <i>or pay</i> ) - BG Comércio e Importação Ltda.		3.305
Estoque de materiais para construção (contrato de concessão)	52.875	47.520
Produto acabado	1.163	1.143
Materiais diversos	27.970	19.632
	<hr/>	<hr/>
	160.151	111.205
	<hr/>	<hr/>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A recuperação dos saldos referente ao "Gás/transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Comgás, na medida em que se utilize o gás e o transporte acima do percentual estipulado nos contratos.

**Impostos indiretos a compensar**

A composição dos Impostos a compensar é a seguinte:

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
ICMS a recuperar	29.595	27.531
ICMS sobre ativos	8.543	8.976
Ajuste a valor presente	(473)	(391)
Outros	138	121
	<u>37.803</u>	<u>36.237</u>

**Ativos destinados à venda**

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Mooca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

A administração estima que a venda do referido imóvel será realizada durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2011.

**ICMS a recuperar**

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 9.481 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 9.674 e 1º de janeiro de 2009 - R\$ 9.859), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Contas a receber - realizável a longo prazo**

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Cauções	7.747	
Recobráveis por interferências na rede	7.834	
Devedores por venda de equipamentos	6.573	3.299
Ajuste a valor presente	(444)	(176)
Outras contas a receber		869
	<hr/>	<hr/>
	21.710	3.992
	<hr/>	<hr/>

Os saldos das contas "Cauções" e "Recobráveis" por interferências na rede foram reclassificados do grupo ativo circulante.

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Intangível

	Saldos em	Movimentações			Saldos em
	31 de				31 de
	dezembro				dezembro
	de 2009	Adições	Transferências	Baixa	de 2010
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.149.049	435	194.306	(11.800 )	3.331.990
Amortização acumulada (ii)	(877.324 )	122.980		6.342	(993.962)
	2.271.725	(122.545 )	194.306	(5.458 )	2.338.028
Fidelização do cliente	350.330	(2.419 )	102.819		450.730
Amortização acumulada (i)	(177.821 )	(56.540 )			(234.361)
	172.509	(58.959 )	102.819		216.369
Software e outros	165.062		24.633		189.695
Amortização acumulada (i)	(57.743 )	(30.737 )			(88.480)
	107.319	(30.737 )	24.633		101.215
Total do intangível em serviços	2.551.553	(212.241 )	321.758	(5.458 )	2.655.612
Intangível em andamento	297.148	407.077	(321.758 )		382.467
Total do intangível	2.848.701	194.836		(5.458 )	3.038.079

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.  
(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 são compostos como segue:

		Movimentação			
		Adições/ transfe-			
Valores contábeis líquidos	31 de dezembro de 2009	-rências	Amortização	Baixa	31 de dezembro de 2010
Intangível					
Terrenos	12.420	8.155	(1.450 )		19.125
Tubulações	1.823.811	145.895	(84.599 )	(1.302 )	1.883.805
Edificações e benfeitorias	49.673	6.205	(1.568 )	(297 )	54.013
Máquinas e equipamentos	355.074	23.719	(23.177 )	(1.470 )	354.146
Equipamentos de transporte	11.576	2.085	(3.581 )	(249 )	9.831
Equipamentos e móveis administrativos	19.171	8.682	(10.055 )	(690 )	17.108
	2.271.725	194.741	(122.980 )	(5.458 )	2.338.028

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a R\$ 122.980 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 116.474).

O imposto de renda e a contribuição social imputados ao saldo da reavaliação, cuja depreciação não é dedutível para fins de apuração do lucro tributável, totalizam R\$ 6.768 em 31 de dezembro de 2010 (31 de dezembro 2009 - R\$ 7.460). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 21.753 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 9.697) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.	19.097		23.000	19.017
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.645	47.849	39.084	85.852
BNDES (Projeto IV) - Direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.383	113.372	38.532	151.162
BNDES (Projeto IV) - Direto c/ Fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.554	273.552	88.265	369.337
BNDES (Projeto III)- Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134
BNDES (Projeto III)- Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	15.825	19.582	16.009	35.134
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	27.302	321.502	653	165.149
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a	29.468	23.313	5.100	45.833
Capital de giro	107,69 do CDI			360.692	
		277.099	818.752	587.344	906.618
Em moeda estrangeira (*)					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES (Cesta de Moedas)	12,67 a.a.	4.667		6.333	4.781
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.	4.928		5.623	5.056
EIB II - primeira liberação - USD	3,88 a.a.	5.557	129.814		
EIB II - segunda liberação - USD	2,94 a.a.	1.883	57.540		
HSBC - USD	2,03 a.a.	48.328			
Banco Europeu de Investimentos - USD	6,82 a.a.				
Capital de giro com <i>swap</i> - USD	5,00 a.a.				
		65.363	187.354	11.956	9.837
		342.462	1.006.106	599.300	916.455

(\*) Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>2010</b>
	<hr/>
2012	281.872
2013	207.014
2014	198.211
2015	85.610
2016 em diante	233.399
	<hr/>
	1.006.106
	<hr/> <hr/>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, são iguais ao seus valores contábeis, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>Encargos</b>
<hr/>	<hr/>
BNDES (Projeto II) - Cesta de Moedas ( <i>swap</i> Votorantim)	Variação cambial + 12,67% a.a. sobre porção em Cesta de Moedas
Banco Itaú/BBA (Repasse IFC)	Variação cambial + 8,11% a.a.
Bank EIB (II) 1. liberação	Variação cambial + 3,88% a.a.
Bank EIB (II) 2. liberação	Variação cambial + 2,94% a.a.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- . Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.
- . Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- . Projeto IV - operação direta com o BNDES: Recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; Operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- . Projeto V - operação indireta com o BNDES: Fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia desembolsou a totalidade do seu contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. O segundo saque totalizou o equivalente a R\$ 69.580 (US\$ 39.922 mil). Este financiamento é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Espírito Santo (BES) com 50% para cada instituição. O prazo de vencimento é de dez anos para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Valores reconhecidos em relação a instrumentos financeiros derivativos

		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Em moeda estrangeira	Encargos - %	Circulante	Circulante
BNDES (Cesta de Moedas)	113 do CDI	6.900	14.131
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC)	110,0 do CDI	8.836	16.194
EIB II - primeira liberação	96,69 do CDI	18.441	
EIB II - segunda liberação	95,20 do CDI	9.616	
HSBC	99,70 do CDI	2.486	
NDF		101	
EIB	94,7 do CDI		
Comprar Unibanco	130,5 do CDI		
		46.380	30.325

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	2010		2009	
	Ativa	Passiva	Ativa	Passiva
BNDES (Cesta de Moedas)	4.179	(11.080)	10.196	(24.327)
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC)	4.928	(13.764)	10.679	(26.873)
EIB II - primeira liberação	135.121	(153.561)		
EIB II - segunda liberação	60.386	(70.002)		
HSBC	48.112	(50.598)		
NDF		(101)		
Banco Europeu de Investimentos				
Capital de giro com <i>swap</i>				
	252.726	(299.106)	20.875	(51.200)

A Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos (*swaps*). Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2010, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos. Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Debêntures**

	<b>Emissão</b>	<b>Série</b>	<b>Quantidade</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>	<b>Remuneração - %</b>
Circulante	Segunda	Única	1	4.805	4.029	CDI + 1,5 a.a.
Não circulante	Segunda	Única	1	100.000	100.000	CDI + 1,5 a.a.
				104.805	104.029	

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2010 foi efetuado o segundo pagamento de juros no valor de R\$ 10.557.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Fornecedores**

A composição da conta "Fornecedores" é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Fornecedores de gás/transporte	349.870	327.647
Fornecedores de mats./serviços	74.235	80.697
	424.105	408.344

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008 e com vigência até dezembro de 2013 e com quantidade diária contratada de 4,15 milhões de m<sup>3</sup>/dia.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m<sup>3</sup>/dia, que se reduz a 8,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia em maio de 2011.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade, com quantidade contratada de 1,0 MMm<sup>3</sup>/dia de gás natural. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Contrato com a Petrobras para fornecimento de gás na modalidade interruptível, com quantidade contratada inicial zero podendo chegar a 1,5 MMm<sup>3</sup>/dia. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até abril de 2011.
- Dois Contratos de gás do Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm<sup>3</sup>/dia, sendo 2,76 MMm<sup>3</sup>/dia com a UTE-Fernando Gasparian e 0,3 MM m<sup>3</sup>/dia com a Corn Products.
- Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico, no qual a Comgás contratou uma quantidade de 3,0 MMm<sup>3</sup>/dia para o período de dezembro de 2010 a março de 2011.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de dezembro de 2010 a março de 2011, no qual a Comgás poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela Comgás e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de até 12 MMm<sup>3</sup>/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.
- Contrato firme de compra e venda de gás natural com a BG Comércio e Importação Ltda., com quantidade diária contratada de 0,650 MMm<sup>3</sup>/dia e prazo de vigência previsto até 31 de maio de 2011, foi resiliado em 31 de agosto de 2010.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da Comgás (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na rubrica "Estoques" na linha "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m<sup>3</sup>, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

**Partes relacionadas****(a) Companhias controladoras**

O saldo a pagar referente a Companhias Controladoras em 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

	31 de dezembro de 2009	Movimentação		31 de dezembro de 2010
		Despesas/ atualizações	Pagamentos	
Grupo BG				
OSA/CSA	8.177	(1.860)	(6.154)	163
	8.177	(1.860)	(6.154)	163
Grupo Shell				
CSA	1.461	4.432	(4.884)	1.009
	1.461	4.432	(4.884)	1.009
	9.638	2.572	(11.038)	1.172

Os contratos estão assim divididos:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****(i) Grupo BG**

- . *Operational Services Agreement* (OSA) - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.
- . *Commercial Services Agreement* (CSA) - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.
- . Contrato de compra de gás com BG Comércio e Importação Ltda.: com relação aos contratos de fornecimento de gás com a BG Comércio e Importação Ltda., temos:

	<u>Saldos em</u>		<u>Custo do gás</u>	
	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>		
	<u>dezembro</u>	<u>dezembro</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>
	<u>de 2009</u>	<u>de 2010</u>		
BG Comércio				
Fornecimento				
de gás	<u>19.689</u>	<u></u>	<u>239.127</u>	<u>169.860</u>
	<u>19.689</u>	<u></u>	<u>239.127</u>	<u>169.860</u>

**(ii) Grupo Shell**

- . *Commercial Services Agreement* (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

**(b) Remuneração de administradores e diretores**

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e demais benefícios de curto prazo	<u>9.998</u>	<u>9.197</u>
	<u>9.998</u>	<u>9.197</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Imposto de renda e contribuição social****(a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	<hr/>	<hr/>
Lucro antes de IR/CS	837.236	979.637
Reversão juros sobre capital próprio	(62.391)	(68.498)
	<hr/>	<hr/>
Lucro antes da tributação	774.845	911.139
	<hr/>	<hr/>
Amortização do ágio, líquido de provisão para integridade do patrimônio líquido		24.370
	<hr/>	<hr/>
Lucro sem amortização do ágio	774.845	935.509
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social nominais	(263.447)	(318.073)
Conciliação		
Benefícios gerados pela incorporação inversa líquido de ativos/passivos		
fiscais diferidos		24.370
Débitos/créditos permanentes de IRPJ e CSLL	6.191	4.460
	<hr/>	<hr/>
	(257.256)	(289.243)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela MP nº 449/08, por meio do qual as apurações dos tributos sobre o lucro, da contribuição para o PIS e da COFINS, para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e os critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia consignará a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2010.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2009	39.994	22.188	4.447	179.498	(27.535)	218.592
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	2.210	9.657	(1.884)	(169.519)	3.370	(156.166)
Em 31 de dezembro de 2009	42.204	31.845	2.563	9.979	(24.165)	62.426
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	3.327	6.278	15.973	(88.063)	1.935	(60.550)
Em 31 de dezembro de 2010	45.531	38.123	18.536	(78.084)	(22.230)	1.876
	Saldo da reserva de reavaliação	Ganhos de valor justo	Reavaliação de terrenos	Outros	Total	
Passivo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2009	5.136	1.226	3.001	536	9.899	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(703)			(536)	(1.239)	
Em 31 de dezembro de 2009	4.433	1.226	3.001		8.660	
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(692)	17.735			17.043	
Em 31 de dezembro de 2010	3.741	18.961	3.001		25.703	

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Provisão para contingências**

	31 de dezembro de 2009	Atualizações/ ingressos	Baixas	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	12.516	731	(2.131)	11.116
Cíveis	17.347	14.568	(1.357)	30.558
Fiscais	11.171	8.599		19.770
	41.034	23.898	(3.488)	61.444

(a) Os processos trabalhistas são na sua maioria originários do período anterior a assinatura do Contrato de Concessão pelos atuais controladores e referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 1.317 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 1.679 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 1.027) os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 63.650 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 43.962 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 14.554), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2010, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 63.770 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 38.127 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 30.723), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 671.672. Em 31 de dezembro de 2010, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.863 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 326.570 em 1º de janeiro de 2009), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	889	0,95	8.102	31,27	8.991	7,50
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09		0,00	7.594	6,34
TARPON	1.654	1,76	4.537	17,51	6.191	5,17
Outros	1.253	1,33	9.624	37,14	10.877	9,08
	93.911	100,00	25.912	100,00	119.823	100,00

**(b) Dividendos**

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Comgás (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito ou crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de 29 de março de 2010 foi deliberado a destinação de R\$ 28.101 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos em 2010.

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Os pagamentos foram definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 31 de maio de 2010, dentro do exercício social.

Adicionalmente, e conforme a deliberação do Conselho de Administração em 26 de abril de 2010, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos relativos ao lucro dos exercícios anteriores, no valor de R\$ 286.898.

O pagamento desse montante foi efetuado dentro do exercício social de 2010, em três parcelas, pagas da seguinte forma:

- . A primeira parcela no valor de R\$ 76.898, paga em 30 de junho de 2010.
- . A segunda parcela no valor de R\$ 110.000, paga em 31 de agosto de 2010.
- . A terceira parcela no valor de R\$ 100.000, paga em 30 de novembro de 2010.

Adicionalmente, e conforme Ata do Conselho de Administração de 25 de outubro de 2010 foi deliberado a destinação de R\$ 50.000 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2009 para distribuição de dividendos intermediários, definidos em uma única parcela, a qual foi paga pela Companhia em 17 de dezembro de 2010, dentro do exercício social.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

## Dividendos

Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2010	579.980
Movimentação de lucros acumulados	1.175
	<hr/>
	581.155
	<hr/>
Constituição da reserva legal (5%)	29.058
	<hr/>
Base de cálculo dos dividendos	552.097
	<hr/>
Dividendos mínimos 2010	138.024
	<hr/>
Juros sobre capital próprio bruto	(62.391)
IR sobre juros capital próprio	8.063
	<hr/>
Juros sobre capital próprio líquido	(54.328)
	<hr/>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	83.696
	<hr/> <hr/>
Dividendos - ações ordinárias	64.208
Dividendos - ações preferenciais	17.716
Adicional de 10% - preferenciais	1.772
	<hr/>
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2010	83.696
	<hr/> <hr/>

**(c) Juros sobre o capital próprio**

Em 1º de julho de 2010 o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 34.421, pago em 30 de julho de 2010.

Em 26 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou o segundo crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 9.506, pago em 30 de setembro de 2010.

Em 25 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o terceiro crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 9.506, pago em 30 de novembro de 2010.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 8.958, a ser pago em 31 de janeiro de 2011.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2011, relativos ao exercício social de 2010, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - Pronunciamento Conceitual Básico.

### (d) Reserva de capital a integralizar

Conforme Ata do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2010, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de março de 2010, foi deliberado a destinação deste valor da seguinte forma:

- . R\$ 24.247 foi repassado ao Acionista Controlador em agosto de 2010, a título de resgate final de ações preferenciais classe B.
- . R\$ 122 destinados ao aumento do capital social.

Estes valores foram registrados contabilmente para o grupo do Passivo Circulante e Capital social em março de 2010, respectivamente.

### (e) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Obrigações com benefícios de aposentadoria**

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2010, utilizamos as seguintes premissas:

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
Taxa de desconto	10,75	11,25
Taxa de inflação	4,5	4,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75	11,25
Aumentos salariais futuros	7,65	7,65
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5	4,5
Morbidade ( <i>aging factor</i> )	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84	UP-84
Rotatividade	0,3/(Tempo de serviço + 1)	0,3/(Tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
Valor das obrigações atuariais	191.739	162.012
Perda atuarial não reconhecida	(44.698)	(26.464)
Valor justo dos ativos do plano	(13.125)	(11.419)
Passivo atuarial líquido	<u>133.916</u>	<u>124.129</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2009</b>
	<hr/>	<hr/>
Passivo atuarial líquido	124.129	117.629
Despesa no exercício	18.203	16.414
Contribuições do empregador	(8.416)	(9.914)
	<hr/>	<hr/>
Passivo atuarial líquido	133.916	124.129
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<b>2010</b>	<b>2009</b>
	<hr/>	<hr/>
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	460	397
Juros sobre obrigação atuarial	17.655	17.315
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.388)	(1.216)
Amortização de perdas atuariais	1.476	(82)
	<hr/>	<hr/>
Despesa no exercício	18.203	16.414
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha IRPJ e CSLL diferidos, no Realizável a Longo Prazo.

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2010 foi de R\$ 4.073 (R\$ 3.972 no exercício de 2009), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Informações por segmento

A composição da margem por segmento é a seguinte:

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010									
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	162.849	101.169	3.688.066	307.620	332.581	317.675			4.909.960
Receita bruta	477.349	195.657	3.558.420	95.412	219.093	274.258	257.647	23.153	5.100.989
Deduções	(101.486)	(40.917)	(756.167)		(46.556)	(58.283)		(2.237)	(1.005.646)
Receita líquida	375.863	154.740	2.802.253	95.412	172.537	215.975	257.647	20.916	4.095.343
Conta-corrente	(13.519)	(6.196)	(207.863)		2.140	(16.654)			(242.092)
Custo	(79.282)	(49.535)	(1.804.625)	(85.389)	(129.528)	(152.953)	(257.647)	(16.601)	(2.575.560)
Resultado bruto	283.062	99.009	789.765	10.023	45.149	46.368		4.315	1.277.691
Reversão do conta-corrente (CPC)									242.092
Despesas/receitas operacionais									(682.547)
Despesas									(547.957)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vendas	(92.819)
Gerais e administrativas	(448.692)
Outras despesas (receitas) operacionais	(6.446)
Financeiras	(134.590)
Receitas financeiras	31.379
Despesas financeiras	(165.969)
Resultado antes da tributação	837.236
Provisão p/ IR e contribuição social	(257.256)
Lucro líquido do exercício	579.980

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Margem por segmento - 1ª de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009									
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras Receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	143.980	95.399	3.313.937	20.706	318.139	368.804			4.260.965
Receita bruta	449.107	200.867	3.650.392	7.869	226.928	376.055	224.693	25.497	5.161.408
Deduções	(95.398)	(41.963)	(777.052)	(45)	(48.315)	(79.907)		(2.449)	(1.045.129)
Receita líquida	353.709	158.904	2.873.340	7.824	178.613	296.148	224.693	23.048	4.116.279
Conta-corrente	(10.778)	(12.912)	(427.987)	(116)	(16.966)	(51.109)			(519.868)
Custo	(76.470)	(51.191)	(1.748.907)	(7.425)	(121.259)	(200.055)	(224.693)	(14.000)	(2.444.000)
Resultado bruto	266.461	94.801	696.446	283	40.388	44.984		9.048	1.152.411
Reversão do conta-corrente (CPC)									519.868
Despesas/receitas operacionais									(692.642)
Despesas									(516.911)
Vendas									(99.399)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Gerais e administrativas	(387.021)
Outras despesas (receitas) operacionais	(30.491)
Financeiras	(175.731)
Receitas financeiras	27.333
Despesas financeiras	(203.064)
Resultado antes da tributação	979.637
Provisão p/ IR e contribuição social	(289.243)
Lucro líquido do exercício	690.394



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Receita**

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2010	2009
	<hr/>	<hr/>
Vendas brutas de produtos e serviços	5.100.989	5.161.408
Impostos sobre vendas	(1.005.646)	(1.045.129)
	<hr/>	<hr/>
Receita líquida	4.095.343	4.116.279
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**Despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2010	2009
	<hr/>	<hr/>
Despesas com pessoal	141.068	123.232
Despesas com materiais/serviços	190.741	185.586
Despesas operacionais	6.446	30.491
Depreciação e amortização	209.702	177.602
	<hr/>	<hr/>
Despesas por natureza	547.957	516.911
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**Receitas e despesas financeiras**

	2010	2009
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(142.832)	(175.772)
IOF/despesas bancárias/comissões	(16.129)	(19.462)
Capitalização de juros	21.753	13.030
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(18.114)	(17.712)
Outras	(956)	(86)
	<hr/>	<hr/>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	2010	2009
	<hr/>	<hr/>
	(156.278)	(200.002)
	<hr/>	<hr/>
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(310)	(1.468)
Variações monetárias ativas	44	(86)
Variações monetárias passivas	(9.381)	(1.594)
	<hr/>	<hr/>
	(9.647)	(3.148)
	<hr/>	<hr/>
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	12.230	13.329
Receitas de aplicações financeiras	11.825	7.872
Juros	1.724	1.544
Outras	5.556	4.674
	<hr/>	<hr/>
	31.335	27.419
	<hr/>	<hr/>
	(134.590)	(175.731)
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Resultado por ação**

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	<b>2010</b>		
	<b>Preferenciais</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Total</b>
Lucro líquido do exercício	135.044	444.936	579.980
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	5,21	4,74	4,84

	<b>2009</b>		
	<b>Preferenciais</b>	<b>Ordinárias</b>	<b>Total</b>
Lucro líquido do exercício	160.753	529.641	690.394
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823
Resultado por ação - R\$	6,20	5,64	5,76

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Seguros**

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

<b>Risco</b>	<b>Milhares de dólares</b>
Risco operacional	81.790
Responsabilidade civil	100.000

**Compromissos assumidos**

- Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias**

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 34.536 em 31 de dezembro de 2009) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.915.350 em 31 de dezembro de 2009) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

- Compromissos com contratos de aluguel**

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos de alugueis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram a R\$ 6.775 (2009 - R\$ 7.200). Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de arrendamentos mercantis financeiros.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****A. RESULTADO DAS NOSSAS OPERAÇÕES****I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

	<u>2.010</u>	<u>2.009</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	5.100.989	5.161.408
Vendas de gás	4.820.189	4.911.218
Receita de construção	257.647	224.693
Outras receitas	23.153	25.497
<b>Impostos e contribuições sobre vendas</b>	<u>(1.005.646)</u>	<u>(1.045.129)</u>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<u>4.095.343</u>	<u>4.116.279</u>

A Receita Bruta de Vendas e Serviços atingiu o montante de R\$ 5.100.989 mil (R\$ 4.820.189 mil para vendas de gás, R\$ 257.647 mil para receita de construção e R\$ 23.153 mil, de outras receitas), tendo apresentado um decréscimo de 1,17% em relação ao mesmo período de 2009.

A Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços atingiu o montante de R\$ 4.095.343 mil no período de 2010, sendo 0,51% inferior ao igual período de 2009.

**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

As receitas de vendas de gás apresentaram decréscimo de 1,85%, tendo como principal causa os reajustes ordinários de custos de gás nas tarifas de vendas. Estes repasses ocorreram conforme Deliberação ARSESP – 142 de 28 de maio de 2010.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****B. VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CâMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

Segmentos	R\$ mil			
	2010	%	2009	%
Residencial	477.349	9,36%	449.107	8,70%
Comercial	195.657	3,84%	200.867	3,89%
Industrial	3.558.420	69,76%	3.650.392	70,72%
Termogeração	95.412	1,87%	7.869	0,15%
Cogeração	219.093	4,30%	226.928	4,40%
Automotivo	274.258	5,38%	376.055	7,29%
Receita de construção	257.647	5,05%	224.693	4,35%
Outras receitas	23.153	0,45%	25.497	0,49%
<b>Total</b>	<b>5.100.989</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.161.408</b>	<b>100,00%</b>

Segmentos	M³ mil			
	2010	%	2009	%
Residencial	162.849	3,32%	143.980	3,38%
Comercial	101.169	2,06%	95.399	2,24%
Industrial	3.688.066	75,11%	3.313.937	77,77%
Termogeração	307.620	6,27%	20.706	0,49%
Cogeração	332.581	6,77%	318.139	7,47%
Automotivo	317.675	6,47%	368.804	8,66%
<b>Total</b>	<b>4.909.960</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.260.965</b>	<b>100,00%</b>

**C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CâMBIO E DA TAXA DE JUROS NO NOSSO RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

As principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia são o IGP-M, CDI e TJLP:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia através dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência "fator X".

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI através de instrumentos derivativos.

TJLP: Como a expansão da empresa é baseada em financiamentos de longo prazo, que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Comgás

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Taxas de cambio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com política de tesouraria, devidamente protegidas (swapadas) para Reais indexados à CDI.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****A. DA INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL**

A Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

**B. DA CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA**

Não ocorreram os eventos acima mencionados.

**C. DOS EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS**

Não se aplica.



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****A. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

O processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) ocorreu em duas etapas: (a) a primeira em 2008, com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2008; (b) a segunda, desenvolvida em 2009, com a edição dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 - ainda não emitido).

As novas práticas contábeis contidas nos pronunciamentos técnicos CPC 15 ao CPC 40 e 43 foram inicialmente adotadas nas informações financeiras intermediárias completas da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2010. Neste contexto, a data de transição adotada pela Companhia foi 1º de janeiro de 2009, data em que foram preparados os balanços patrimoniais de abertura.

A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras anuais.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

**(a) Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhida pela Companhia**

A companhia optou por mensurar seus ativos e passivos pelos valores contábeis que foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador final, baseados na data de transição para as IFRSs do controlador final, conforme permitido pelo CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, Apêndice D – Isenções de outras IFRS's (D16).

**(b) Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia**

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Exceção das estimativas**

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- . Reversão de ativos e passivos financeiros.
- . Participação de não controladores.
- . Exceção da contabilização de *hedge*

**(c) Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs**

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

**(i) ICPC 01 - "Contratos de Concessão"**

A Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás. Adicionalmente para fins de divulgação, a construção de infraestrutura é considerada prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de receita e, portanto, de resultado.

**(ii) CPC 20 - "Custos de Empréstimos"**

A Companhia adotou os critérios em que a taxa de capitalização de juros passou a ser a taxa efetiva, equivalente a média ponderada dos custos dos empréstimos que estiverem vigentes em cada período, resultando em um ajuste no montante de R\$ 28.350 em 1º de janeiro de 2009.

**(iii) CPC 22 - "Informações por Segmento"**

A Companhia está divulgando as demonstrações financeiras por segmento operacional (Industrial, Residencial, Comercial, Automotivo, Termogeração e Cogeração).

**(iv) CPC 00 "Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis" e CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**

A Companhia estornou os efeitos da conta-corrente regulatória, conforme divulgado na nota explicativa Ativo (passivo) regulatório.

**(v) CPC 27 - "Ativo Imobilizado"**

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os bens do ativo imobilizado eram registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. Reparos e manutenção eram apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas era acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme artigo 6º da Lei nº 11.638/07 os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social que esta lei entrou em vigor. A Companhia optou por manter os saldos das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização.

Como resultado da adoção do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou a totalidade do ativo imobilizado para a rubrica "Intangível", conforme divulgado na Nota sobre o Intangível. Adicionalmente, parte do ativo imobilizado referente a peças para reposição equivalente a R\$ 47.522 em 31 de dezembro de 2009 (1º janeiro de 2009 - R\$ 47.354) foi reclassificada para a rubrica "Estoques".

### (vi) CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro"

A Companhia passou a registrar os tributos correntes e diferidos pelos valores devidamente compensados, quando aplicável.

### (vii) CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade"

Como permitido pelo referido CPC, a contabilização de economia hiperinflacionária, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi aplicada em linha com o IAS 29 durante o período em que o país se enquadrava como economia hiperinflacionária, para fins locais, até 1995. Entretanto, de acordo com o IFRS, a economia brasileira ainda se enquadrava na definição de hiperinflacionária nos exercícios de 1996 e de 1997.

Em decorrência dessa adoção, a Companhia registrou no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, o montante de R\$ 46.921.

### (viii) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes decorrentes das normas citadas acima foram registrados contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Em consequência da adoção dos novos CPCs a Companhia efetuou reclassificações de valores não relevantes.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- . Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009.
- . Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009.
- . Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

### (ix) Transferências entre contas

As transferências entre contas são decorrentes da revisão dos prazos de realização efetuada pela administração, conforme descrito a seguir:

- . Contas a receber.
- . Outras contas a receber.
- . Ativos destinados a venda.
- . Depósitos judiciais.
- . Instrumentos financeiros derivativos.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****B. EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS****Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009**

	31 de dezembro		Conta-					1º de
	de 2008 -	Transferência	-corrente	Intangível	Método de	IR diferido e		janeiro
	BR GAAP	entre contas (ix)	regulatória (iv)	(i. ii e vii)	avaliação dos estoques (v)	corrente (vi)	Outros	de 2009 - CPC
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	39.726							39.726
Contas a receber - clientes	470.876	20.407					(362)	490.921
Custo de gás a recuperar/repassar	528.289		(528.289)					(528.289)
Outras contas a receber	68.402	(35.094)						(35.094)
Estoques	34.986				47.354			47.354
Impostos indiretos à compensar	144.646					(83.897)		(83.897)
Ativos destinados à venda		14.688						14.688
Outros	15.321	(2)						(2)
	1.302.246	(1)	(528.289)		47.354	(83.897)	(362)	737.051
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
IRPJ e CSLL diferidos	66.629					142.064		142.064

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

ICMS a recuperar	9.859							9.859
Contas a receber	4.325							4.325
Depósitos judiciais	10.806	1.748					1.748	12.554
Outros	1.305	(1)					(1)	1.304
	<u>92.924</u>	<u>1.747</u>				<u>142.064</u>	<u>143.811</u>	<u>236.735</u>
Imobilizado	2.322.809			(2.275.455)	(47.354)		(2.322.809)	
Intangível	294.540			2.350.726			2.350.726	2.645.266
	<u>2.617.349</u>			<u>75.271</u>	<u>(47.354)</u>		<u>27.917</u>	<u>2.645.266</u>
	<u>2.710.273</u>	<u>1.747</u>		<u>75.271</u>	<u>(47.354)</u>	<u>142.064</u>	<u>171.728</u>	<u>2.882.001</u>
Total do ativo	<u>4.012.519</u>	<u>1.746</u>	<u>(528.289)</u>	<u>75.271</u>		<u>58.167</u>	<u>(362)</u>	<u>(393.467)</u>
								<u>3.619.052</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

	31 de dezembro		Conta-		Método de			1º de
	de 2008 -	Transferência	-corrente	Intangível	avaliação	IR diferido e	Efeito total	janeiro
	BR GAAP	entre contas (ix)	regulatória (iv)	(i, ii e vii)	dos estoques (v)	corrente (vi)	da mudança para CPC	de 2009 - CPC
						Outros		
Passivo								
Circulante								
Instrumentos financeiros derivativos		18.305					18.305	18.305
Empréstimos e financiamentos	574.068	2.843					2.843	576.911
Debêntures não conversíveis	6.070							6.070
Fornecedores	645.660							645.660
Companhias controladoras	10.594							10.594
Salários e encargos sociais	37.646							37.646
Impostos e contribuições a recolher	50.604							50.604
Dividendos e juros sobre capital próprio	129.107							129.107
Provisão IRPJ e CSLL	213.145					(83.896)	(83.896)	129.249
Outras contas a pagar	12.611	(4)					(4)	12.607
	1.679.505	21.144				(83.896)	(62.752)	1.616.753
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	904.132	(21.148)					(21.148)	882.984
Debêntures não conversíveis	100.000							100.000

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Adiantamento de clientes e outros	29.968					(6.431)	(6.431)	23.537
Obrigações com benefícios de aposentadoria	117.629							117.629
Provisão para contingências	37.307	1.749					1.749	39.056
IRPJ e CSLL diferidos	6.897				(9.898)	3.001	(6.897)	
	1.195.933	(19.399)			(9.898)	(3.430)	(32.727)	1.163.206
Patrimônio líquido								
Capital social realizado	326.570							326.570
Reservas de capital	84.147							84.147
Reservas de reavaliação	18.751					(3.001)	(3.001)	15.750
Reservas de lucro	707.613	(1)	(528.289)	75.271	151.963	6.069	(294.987)	412.626
	1.137.081	(1)	(528.289)	75.271	151.963	3.068	(297.988)	839.093
Total do passivo e patrimônio líquido	4.012.519	1.744	(528.289)	75.271	58.169	(362)	(393.467)	3.619.052

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009**

	31 de dezembro de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix )	Conta- -corrente regulatória (iv )	Intangível (i, ii e vii )	Método de avaliação dos estoques (v )	IR diferido e correntes	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 - CPC
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	194.273								194.273
Contas a receber - clientes	411.072	19.272						19.272	430.344
Custo de gás a recuperar/repassar	29.349		(29.349)					(29.349)	
Outras contas a receber	56.794	(33.751)						(33.751)	23.043
Estoques	63.684	(1)			47.522			47.521	111.205
Impostos indiretos à compensar	126.097					(89.860)		(89.860)	36.237
Ativos destinados à venda		14.479						14.479	14.479
Outros	18.617								18.617
	899.886	(1)	(29.349)		47.522	(89.860)		(71.688)	828.198



**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Não circulante

Realizável a longo prazo

IRPJ e CSLL diferidos	76.613				(22.847)		(22.847)	53.766
ICMS a recuperar	9.674							9.674
Contas a receber	3.992							3.992
Depósitos judiciais	11.687	1.911					1.911	13.598
Outros	2.185							2.185

104.151	1.911				(22.847)		(20.936)	83.215
---------	-------	--	--	--	----------	--	----------	--------

Imobilizado

2.445.146			(2.397.624)	(47.522)			(2.445.146)	
-----------	--	--	-------------	----------	--	--	-------------	--

Intangível

380.000	1		2.468.700				2.468.701	2.848.701
---------	---	--	-----------	--	--	--	-----------	-----------

2.825.146	1		71.076	(47.522)			23.555	2.848.701
-----------	---	--	--------	----------	--	--	--------	-----------

2.929.297	1.912		71.076	(47.522)	(22.847)		2.619	2.931.916
-----------	-------	--	--------	----------	----------	--	-------	-----------

Total do ativo

3.829.183	1.911	(29.349)	71.076		(112.707)		(69.069)	3.760.114
-----------	-------	----------	--------	--	-----------	--	----------	-----------

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

	31 de dezembro		Conta- -corrente regulatória (iv)	Intangível (i, ii e vii)	Método de avaliação dos estoques (v)	IR diferido e corrente (vi)	Outros	Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro de 2009 - CPC
	de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)							
Passivo									
Circulante									
Instrumentos financeiros derivativos		30.325						30.325	30.325
Empréstimos e financiamentos	616.186	(16.886)						(16.886)	599.300
Debêntures	4.029								4.029
Fornecedores	408.344								408.344
Companhias controladoras	9.638								9.638
Salários e encargos sociais	36.265								36.265
Impostos e contribuições a recolher	67.954								67.954
Dividendos e juros sobre capital próprio	32.105								32.105
Provisão IRPJ e CSLL	138.825					(89.860)		(89.860)	48.965
Outras contas a pagar	8.446								8.446
	1.321.792	13.439				(89.860)		(76.421)	1.245.371
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	929.894	(13.439)						(13.439)	916.455
Debêntures	100.000								100.000

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Adiantamento de clientes e outros	29.473							29.473
Obrigações com benefícios de aposentadoria	124.129							124.129
Provisão para contingências	39.123	1.911					1.911	41.034
IRPJ e CSLL diferidos	5.659				(8.660)	3.001	(5.659)	
	1.228.278	(11.528)			(8.660)	3.001	(17.187)	1.211.091
Patrimônio Líquido								
Capital social realizado	636.863							636.863
Reservas de capital	25.661							25.661
Reservas de reavaliação	17.345					(3.001)	(3.001)	14.344
Reservas de lucro	599.244		(29.349)	71.076	(14.187)		27.540	626.784
	1.279.113		(29.349)	71.076	(14.187)	(3.001)	24.539	1.303.652
Total do passivo e patrimônio líquido	3.829.183	1.911	(29.349)	71.076	(112.707)		(69.069)	3.760.114

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****Conciliação da demonstração do resultado do ano de 2009**

	31 de dezembro		Conta-	Conta-				Efeito total da mudança para CPC	31 de dezembro
	de 2009 - BR GAAP	Transferência entre contas (ix)	-corrente regulatória (iv)	-corrente regulatória (iv)	Intangível (CPC 37 (vii))	Custo de empréstimos (ii)	IR diferido (vi)		de 2009 - CPC
Receita bruta de vendas e/ou serviços	4.942.784		224.693	(6.069)				218.624	5.161.408
Deduções da receita bruta	(1.058.362)			13.233				13.233	(1.045.129)
Receitas líquidas de vendas e/ou serviços	3.884.422		224.693	7.164				231.857	4.116.279
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(2.737.365)		(224.693)	518.058				293.365	(2.444.000)
Resultado bruto	1.147.057			525.222				525.222	1.672.279
Despesas operacionais	(509.383)				(6.417)	(1.111)		(7.528)	(516.911)
Com vendas	(96.397)								(96.397)
Gerais e administrativas	(212.421)								(212.421)
Outras despesas (receitas) operacionais	(30.491)								(30.491)
Depreciações e amortizações	(170.074)				(6.417)	(1.111)		(7.528)	(177.602)
Financeiras	(215.212)	68.498		(32.351)		3.334		39.481	(175.731)
Receitas financeiras	59.684			(32.351)				(32.351)	27.333
Despesas financeiras	(274.896)	68.498				3.334		71.832	(203.064)
Resultado operacional	422.462	68.498		492.871	(6.417)	2.223		557.175	979.637
Result. antes tributação e participações	422.462	68.498		492.871	(6.417)	2.223		557.175	979.637
Prov. IR e contrib. social e adic. estadual	(123.093)						(166.150)	(166.150)	(289.243)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Reversão dos juros sobre capital próprio	68.498	(68.498)						(68.498)	
Lucro/prejuízos do exercício	367.867			492.871	(6.417)	2.223	(166.150)	322.527	690.394

## **10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

### **C. RESSALVA E ÊNFASES PRESENTES NO PARECER DO AUDITOR**

Não há.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **Apresentação das informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

### **Conversão de moeda estrangeira**

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

- **Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado", (b) empréstimos e recebíveis, (c) mantidos até o vencimento e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Mantidos para negociação ao valor justo "por meio do resultado"**

Os ativos financeiros mantidos para negociação têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Despesas financeiras líquidas".

As operações com instrumentos derivativos são classificadas nesse grupo e avaliadas conforme descrito acima. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

**(c) Ativos mantidos até o vencimento**

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimento definido e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de mantê-los até o vencimento.

São avaliados pelo custo amortizado a taxa de juros efetiva, sendo os juros reconhecidos contra o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

**(d) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Comgás tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- ***Impairment* de ativos financeiros**

### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

- **Valor justo**

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

- **Instrumentos derivativos e atividades de *hedge***

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

### ***Hedge de valor justo***

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras - líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

- **Contas a receber**

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

- **Estoques**

O saldo de gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) está valorizado pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS).

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

- **Ativos não circulantes destinados à venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

- **Intangível**

**(a) Contrato de concessão**

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, aonde o poder concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infra estrutura ao final da Concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

### (b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

### (c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota do Intangível.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota do Intangível.

- **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

- **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- **Passivos contingentes e obrigações legais**

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

- **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela

mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

- **Obrigações com benefícios de aposentadoria**

**(a) Benefícios pós-emprego**

A Comgás oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- . Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Comgás em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Comgás.
- . Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um plano gerador de benefícios livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

**(b) Participação nos lucros**

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

- **Arrendamentos - contrato de aluguel**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

- **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

- **Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

- **Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

**(a) Receita por prestação de serviços - faturada**

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas****(b) Receita por prestação de serviços - não faturada**

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

**(c) Receita de construção - ICPC 01**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

**(d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****A. GRAU DE EFICIÊNCIA DE TAIS CONTROLES, INDICANDO EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA CORRIGÍ-LAS.**

Estão implementados os sistemas de controle interno e de gestão de risco que proporcionam garantias suficientes durante o ano de 2010 e em anos anteriores para Companhia de Gás de São Paulo – Comgás

**B. DEFICIÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Não foram apresentadas deficiências ou recomendações sobre os controles internos nos exames conduzidos pela auditoria externa de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, concluindo-se que as demonstrações financeiras representam adequadamente em todos aspectos relevantes a posição da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás em 31 de dezembro de 2010.



**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****A. COMO OS RECURSOS RESULTANTE DA OFERTA FORAM UTILIZADOS**

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos.

**B. SE HOUVE DESVIOS RELEVANTES ENTRE A APLICAÇÃO EFETIVA DOS RECURSOS E AS PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DIVULGADAS NOS PROSPECTOS DA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO**

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos.

**C. CASO TENHA HAVIDO DESVIOS, AS RAZÕES PARA TAIS DESVIOS**

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada; e
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse Formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não há.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA;

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO;

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO;

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.